



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## PROJETO DE LEI Nº DE 2020

Altera a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, para prever a possibilidade de fechamento de fronteiras em decorrência de emergências em saúde pública internacional.



SF/20928.16433-05

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 45, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 45.** .....

X – que não atenda às recomendações temporárias ou permanentes de emergências em saúde pública internacional definidas pelo Regulamento Sanitário Internacional;

XI - que não atenda às recomendações temporárias ou permanentes de emergências em saúde pública de importância nacional definidas pela autoridade competente.

§ 1º (remuneração do parágrafo único)

§2º Nas hipóteses dos incisos X e XI desse artigo, poderá ser decretada restrição excepcional e temporária de entrada de imigrantes sem autorização de residência nas fronteiras do País, por meios terrestres, fluvial, marítimo ou aéreo.” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (coronavírus) tem demandado de todos os países medidas rápidas e eficazes no seu enfrentamento.

No Brasil, a despeito dos esforços envidados pela União, Estados e Municípios, ainda é necessário adotar medidas mais contundentes para evitar a propagação do vírus no nosso território. É fundamental remover todos os



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

entraves burocráticos e jurídicos que possam dificultar a adoção dessas medidas.

Uma dessas medidas é o necessário fechamento das fronteiras brasileiras, já efetuado pelo Executivo, porém por meio de Portaria. Compreendemos, entretanto, que a possibilidade da adoção dessa medida deveria estar assegurada em lei ordinária para que haja maior segurança jurídica numa medida de tamanha excepcionalidade e emergência para a proteção do país nos eventos calamitosos, como o atual surto de coronavírus.

O Decreto nº 9.199 de 2017, que regulamentou a referida lei, criou a hipótese de não admissão de estrangeiro no país *que não atenda às recomendações temporárias ou permanentes de emergências em saúde pública internacional definidas pelo Regulamento Sanitário Internacional; ou que não atenda às recomendações temporárias ou permanentes de emergências em saúde pública de importância nacional definidas pelo Ministério da Saúde.*

No entanto, e apesar de coerente, o Decreto 9.199/2017 pode ter exorbitado o poder regulamentar ao prever tal restrição. Assim, a fim de conferir maior segurança jurídica, propomos a inclusão na lei nº 13.445, de 2017 de hipótese excepcional de fechamento de fronteira decorrente de emergências em saúde pública internacional definidas pelo Regulamento Sanitário Internacional.

Sala das Sessões,

**Senador Lasier Martins**  
(PODEMOS-RS)



SF/201928.16433-05